

prefácio

Este é um dos resultados do trabalho desenvolvido pelo autor durante o ano sabático de 2002/03. É a primeira aplicação de um programa de investigação que prossegue, sob o lema de “estados-de-espírito”, com o objectivo de dar corpo teórico à discriminação social de que são alvo indefeso as pessoas que vivem em condições as mais vulneráveis, e que se tornaram gente, na frente do autor, através do trabalho cívico desenvolvido desde 1997 pela Associação Contra a Exclusão pelo Desenvolvimento (URL: <http://iscte.pt/~apad/ACED>), em particular durante as lutas de prisioneiros pela justiça e pela aplicação da Lei.

Gente diferente, na nossa igualdade simultaneamente desejada e partilhada. Gente que questiona de onde emerge a diferença coagida socialmente – no sentido durkheimiano – e onde se encontra a igualdade formal, que tantas vezes se garante garantida. A mesma gente que, de um momento para o outro, se revela e transforma, violenta e desorientada, que é mais fácil do que perscrutadora de estados-de-espírito: ao mesmo tempo potencial e limitação humanas, nossos e dos outros também. Gente que não tem tempo para se manter firme à espera de uma resposta necessariamente adiada, porque ela virá dura e firme, como todos parecem temer como se ignorassem. Como todos sabem, como se assim quisessem.

O estado-de-espírito de que falo está encarnado no ser social ou não existe. Não é uma atitude, mas uma hipótese de vida na qualidade de ser humano. Nem bom, nem mau. Tem dias. Às vezes funciona com satisfação geral, outras vezes produz confronto. Às vezes pode ser reprimido e substituído, conscientemente ou não, outras vezes emerge como se a pessoa já não mandasse em si mesma.

Cada um de nós vive a cuidar dos seus próprios estados-de-espírito, todos diferentes e todos iguais. Treinados, produzimos artistas, desportistas e profissionais. Em bruto, produzimos brutos descontrolados, ao serviço de poderes nem sempre instituídos mas sempre fácticos.

agradecimentos

Este trabalho não teria sido possível realizar sem a inspiração e a instigação do Alte Pinho nem sem a possibilidade que me foi garantida pelo Departamento de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Naturalmente que estou credor de muita gente que me foi ajudando a descortinar caminhos capazes de amainar o nevoeiro. A todos peço desculpa por apenas citar a Dulce, companheira atenta e sempre disponível para concordar e discordar.

nota biográfica

António Pedro Dorés, dn 1956, docente do Departamento de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa desde 1984, membro fundador do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-ISCTE) e da Associação Contra a Exclusão Pelo Desenvolvimento.

URL: <http://home.iscte.pt/~apad>

Introdução - Proibicionismos, civilização e guerra

“O século XX foi o século do estabelecimento dos direitos humanos; o século XXI será o século da realização prática dos princípios enunciados”

traduzido e citado de cor de declarações de Mary Robinson enquanto Alta Comissária para os Direitos Humanos da ONU

“We declare as follows:

First, this conference calls on UNESCO, the ISSC (International Social Science Council) and all national and international social science bodies to develop a research strategy to address issues of major global significance, such as the following, by exploring their causes and proposing policy solutions;

(...)

- systemic abuse of human rights within states and the denial of political and social rights to marginal groups;

(...)”

Declaração de Viena, in Patrício, Maria Teresa, “International Conference on Social Science and Social Policy in the 21st Century – United Nations office at Vienna, 1-11 Decembre 2002)” in Sociologia – problemas e práticas nº41.

Paulatinamente, o espírito-proibicionista está tornar-se central para a nossa vida social, seja nível individual seja a nível das instituições liderantes da política global. De modo já óbvio, instituições admitidas como negativas – prisões, polícias, crimes, exércitos, públicos e privados – ocupam o centro das nossas preocupações quotidianas. Na procura de emprego, na discussão dos noticiários, no planeamento das férias, na opção de zona de habitação, na organização dos transportes dos filhos, o acréscimo de riscos é avaliado em função dos sentimentos de insegurança. Não sendo a única dimensão de atenção das pessoas, a sua importância relativa tem vindo a crescer, por efeito de causas que para uns são reais – a violência está a crescer nas escolas, nos empregos, nos desportos, nos divertimentos, na comunicação social – e para outros resultam de uma ultra sensibilidade social – fragilização das populações por desemprego, precarização das relações de trabalho, envelhecimento, desertificação de zonas urbanas, urbanização clandestina de zonas residenciais, propaganda política, xenofobia. A insegurança, real e sentida, por ser recorrente, torna-se crescentemente real e sentida, num ciclo vicioso em que a contenção da agressividade

contra outros seres humanos, a que Elias (1990) chamou processo civilizacional, joga o papel de moderador.

O que tem sido pensado como marginal, inclusive pela teoria social, ocupa cada vez mais o centro do nosso mundo. Giddens (1985) notou que a violência (a vigilância interna aos estados e a guerra) não integrava o elenco de temas da teoria social, embora estivesse na base de pelo menos duas das dimensões mais importantes da modernidade. Os temas da revolução ou do monopólio da violência legítima do estado moderno, passaram a ser tratados por disciplinas especiais, como sejam a ciência política ou as relações internacionais. A teoria social, no respeito pela divisão de trabalho científica, reflectiu a confiança e a esperança do pós-guerra no progresso, no processo civilizacional, na educação das pessoas, no desenvolvimento da sua urbanidade, oferecendo da modernidade uma imagem parcial e positiva, encorajadora de um mundo finalmente humanizado, isto é pacificado, na equidade e na liberdade.

Giddens, no trabalho citado, distingue a função da vigilância, que é de pacificação interna, da função guerreira, que é de defesa ou ataque externo. No tempo da Guerra Fria, escassos anos atrás, diz o autor, a industrialização da guerra gerou o paradoxo da hiperpotenciação das capacidades bélicas e o enfraquecimento dos poderes dos militares, na medida objectiva em que as primeiras não dependiam directamente das casernas mas sim das indústrias, cuja coordenação era planeada e realizada pelo estado civil. Perante a ameaça nuclear, restava ao sociólogo, afinal como a toda a humanidade, explicar porque é que as potencialidades de destruição de todo o planeta por várias vezes, encerradas nos arsenais nucleares das superpotências, não se realizava. A explicação de que todas as possibilidades são realizadas, mais tarde ou mais cedo, que ouvimos hoje em dia a propósito da clonagem humana, por exemplo, era pavorosa, insuportável e óbvia. E, por isso mesmo, inexistente ou pelo menos impopular.

O que era então marginal e marginalizado, faz poucos anos, passou a ser hoje, por efeito de transformações das sociedades em que vivemos e por efeito das nossas percepções, passou a ser central. No mundo anglo-saxónico, à decadência da influência académica dos departamentos de sociologia corresponde uma emergência do campo da criminologia, onde a teoria social se envolve numa luta de afirmação de uma criminologia anti-empirista, em combate contra o espírito proibicionista ao serviço da pesquisa e identificação dos agressores, em particular dos estrangeiros.¹ O atentado de 11 de Setembro veio confirmar os que alguns já temiam: a pacificação interna das sociedades modernas, em crise, como o mostram as taxas nunca antes alcançadas de prisões e outras tutelas judiciais, pode estar ligada, mais ou menos directamente – por exemplo, através das etnias, das culturas ou das religiões –, a práticas de violência extra-territoriais, de sofisticadas redes terroristas, na sequência do desmantelamento do antigo campo socialista.

Nas actuais circunstâncias, o lado da teoria social é, claro, contra a violência, interna e externa, e contra o racismo e a xenofobia. Mas está teoricamente desarmada para trabalhar nesse sentido. O que aqui vamos propor não é uma solução para os problemas práticos mas, antes disso, um olhar sociológico conceptualizado sob o nome de estado-de-espírito, com vista a permitir observar as margens da sociedade como centros das sociedades, lá onde a

¹ Referimo-nos a problemas de racismo, xenofobia, mas também a práticas institucionais de perseguição do estado contra pessoas à margem do sistema jurídico, contra o que se levantou Freitas do Amaral (2003).

violência se desenvolve e se contém ou é contida, lá onde mais se sente a lógica de integração ou exclusão que toda a sociedade promove e que a caracteriza.²

Pensou-se serem as guerras ou as prisões formas de vivência próprias de sociedades tradicionais e esperou-se, com fé, que o progresso as tornasse inúteis, mesmo se os factos desmentiam regularmente tal fé.³ Perante a renovada violência social, a que não escapam as próprias instituições, não raras vezes suas principais promotoras, como organizar uma análise social mais completa?

A resposta que procuramos é a de seguir velhas pistas clássicas abandonadas pelas teorias sociais contemporâneas, para quem os estados-de-espírito podem parecer objectos evanescentes, como pareciam também ser os gostos antes de Bourdieu (1979) ou mesmo o espírito do capitalismo antes de Max Weber. Os estados-de-espírito de que falamos podem vir de fora das sociedades, quando estas os importam, como modas, ideias-feitas, estilos, comportamentos, atitudes, ou podem vir de dentro, constituírem resultados da vontade, explícita ou implícita, voluntariosa ou necessária, inventiva ou reaccionária, construtiva ou destrutiva. Foi clara a influência positiva para os costumes das revoluções juvenis a que genericamente podemos chamar de Maio de 1968. Desde o 11 de Setembro de 2001 é evidente a onda negativa de violência global crescente, preparada com muito antecedência, mobilizadora de planos belicistas e repressivos anteriormente preparados mas em fase de estudo da sua oportunidade e da sua legalidade. O atentado às Twin Towers foi o evento que despoletou a mobilização acelerada de tais planos, antes da sua apreciação técnica, digamos assim, porque foi a oportunidade de poderem contar com o poder que o carcereiro inspira ao amedrontado sequestrado.

Não interessa que os povos do mundo estejam fora das prisões. Para se sentirem colectivamente inseguros e aceitarem a violência quotidiana a níveis cada vez mais altos, não é preciso estar-se na prisão. Basta que os estados-de-espírito prisionais possam circular por espaços sociais extra-muros cada vez mais alargados. E na prisão, caso se façam sentir ameaças de dentro ou de fora, o que se pode fazer além de confiar na guarda?⁴

O estado-de-espírito dos prisioneiros está a invadir as sociedades globais, como facilmente mostram indicadores como as taxas de crime e de prisão nos EUA e na União Europeia, onde se atingem valores nunca antes registados, a ponto de haver quem tenha proposto,

² Sobre sociedades de exclusão e de inclusão cf. Young 1999.

³ Cf. Dores sd2.

⁴ Como defenderemos mais adiante, uma das características do estado-de-espírito proibicionista, típico dos mundos concentracionários e das instituições totais, embora também existam e subsistam fora delas, uma dessas características, dizíamos, é o maniqueísmo: só há duas partes e são fixas: o agressor, sempre agressor, e o defensor, sempre defensor. Conforme coloquemos o “nós” em cada situação, como defensores ou como agressores, assim legitimamos as nossas práticas e invectivaremos a dos outros. Nesse sentido, para alguns dos portugueses não há que questionar a noção de guerra preventiva: basta colocarmo-nos no conflito para logo entendermos de que lado devemos (sem alternativa) estar. Não é logicamente diferente da posição que, em caso de litígio social, nos leva a cada um a optar por tender a defender os mais poderosos – em geral imaginados e defendidos como acima de toda a suspeita – contra os marginais – condenados mais vezes e, também por isso, mais vezes sem razão. Porém, em Portugal, por exemplo, dada a nossa pouca centralidade relativamente ao sistema mundo, há muito quem internamente mobilize o espírito proibicionista para se decidir relativamente a conflitos sociais e que, ao nível dos conflitos internacionais, não adopte o espírito proibicionista e prefira fazer ressaltar a simpatia pelo oprimido, em particular o muçulmano.

antes de 11 de Setembro, a noção de estado-penitenciário para caracterizar o modelo social vigente. Portugal é o país da União Europeia com piores indicadores prisionais.⁵

Klaus Eder (1993) argumentou que a luta de classes passaria, nesta fase, por um centramento estratégico no campo cultural. Na nossa perspectiva, proporíamos radicalizar esse raciocínio, levando-o até ao campo dos estados-de-espírito, que nos parece ser mais adequado à ameaça de guerra que pende sobre o globo. Estão em causa, no ocidente, os modos de vida pacificados, civilizados. Não é um problema apenas de expressão em quadros controlados de sociabilidade, como geralmente entendida a cultura na teoria social, mas um problema de intenções e de capacidade de as pôr em prática.⁶ Do lado bélico e do lado que se lhe opõe, que nem sempre recusa o espírito-proibicionista. O risco de submissão das sociedades ao espírito-proibicionista é denunciado por campanhas como “todos diferentes, todos iguais”, para dar apenas um exemplo. Mas, ao mesmo tempo, quando se pensa na guerra das estradas, com os seus mortos e estropiados, nos roubos aos idosos isolados ou no abuso sexual de crianças, a opinião pública mobilizada contra isso vive, em grande parte, sob o seu jugo, esperando que a justiça – em vez da prevenção – resolva os problemas.

Será a violência endémica às sociedades modernas e ao capitalismo? Será a violência apenas um efeito da emergência do tradicional belicista nas sociedades mais atrasadas? Será a violência recorrente nas sociedades humanas?

Giddens (1985) oferece-nos uma dualidade de critérios de avaliação da violência: a violência institucionalmente contida, no interior do estado-nação, e a violência instrumento de confirmação da identidade e integridade dos estados-nação na cena internacional. No primeiro caso, a industrialização da vigilância pode torná-la mais efectiva na sua capacidade de contenção, eventualmente subsidiária dos saberes militares. No segundo caso, os militares tornam-se a um tempo politicamente contidos pelo estado e comandados por interesses económicos dos sectores industriais que os integraram socialmente na modernidade.⁷ Ao tempo em que discutia, o autor britânico confrontava-se com a Guerra Fria, em que cada super potência foi capaz de construir armas capazes de destruir várias vezes o nosso planeta, tornando o risco de guerra tão elevado – se a barreira nuclear fosse levantada – que, na prática, a guerra entre as superpotências era impossível.

O processo civilizacional de Norbert Elias (1990) é um longo percurso de transformação das sociedades e das pessoas, num movimento simultaneamente aleatório e incorporado,

⁵ Tempos de pena realmente sofridos três vezes superiores à média europeia, manutenção de à volta de um terço dos presos em prisão preventiva, sobrelotação na maioria dos estabelecimentos prisionais, ocupados com consumidores activos de estupefacientes calculados entre metade e $\frac{3}{4}$ da população prisional, muitos doentes graves sem possibilidade de tratamento médico adequado, não apenas no campo da prevenção (não são permitidas práticas oficiais de troca de seringas) mas também no campo terapêutico, em que é possível ler num jornal que os médicos de saúde mental do Hospital Prisional declaram sujeitar-se a critérios de segurança para darem alta hospitalar a doentes “acalmados” de doenças curáveis e receberem nas suas camas libertadas doentes “agitados”. Também a violência nas estradas, o trabalho infantil ou o abuso sexual tornam o nosso país particularmente violento, apesar dos alegados “brandos costumes” – ou por causa deles – e das taxas de criminalidade baixas.

⁶ Como veremos adiante, o espaço social penal relaciona-se de uma forma particular com os exercícios de poder e, portanto, com os exercícios de gestão política da intencionalidade, com os jogos da expressão política construtores e destrutores de estigmas. Sobre o assunto ver Mathiesen 1999, Dorés 2001b e Hayes 2002.

⁷ Giddens explica a submissão dos chefes militares ao poder civil por razões estratégicas: o financiamento da guerra industrial e o recrutamento dos militares depende do estado, sem o qual nenhum exército funcionaria.

livre e condicionado, intencional e de resultados não planeados. Na sua análise sobre o nazismo, Elias (1997) procura mostrar que não há nada de edílico ou otimista no seu conceito de processo civilizacional.⁸ Há sim uma noção histórica incorporada na sua teoria, que lhe permite atribuir um sentido cognitivo à análise social que não pode ser procurado directamente no quotidiano, apesar de estar permanentemente presente, desde logo na linguagem que nos fala de civilização, civilizado, civil ou cultura. Esse sentido cognitivo não é teleológico mas antes histórico. No curto prazo ou na análise histórica mais concreta, como no caso da Alemanha nazi, pode ser subvertido pelos acontecimentos, mas nem por isso a Alemanha deixou de vir a tomar o rumo da civilidade, mesmo através de duras auto-críticas. De facto, Elias defende haver no período nazi não um período de desligamento do povo alemão dos ideais modernistas, mas antes uma forma particular, quiçá parcialmente equivocada, de exprimir o desejo modernista de um povo numa determinada conjuntura, marcada pela configuração social de partida, que, como se sabe, era menos favorável à modernização do que outros países europeus, então mais avançados na adopção do capitalismo.

Ambos estarão de acordo em considerar a violência uma relação social recorrente e em evidenciar nas sociedades ocidentais que analisam as suas esperanças de que o estado-nação (em Giddens) e o processo civilizacional (em Elias) estejam em condições de conter as tendências humanas belicosas, pelo menos dentro do território nacional (no primeiro caso) ou para as classes dominantes e seus seguidores (no segundo caso).

Na realidade, porém, actualmente é dentro das sociedades ocidentais que emergem tendências belicistas e persecutórias, como a xenofobia ou a guerra preventiva, não apenas nas classes baixas mas também a nível das elites, não apenas ao nível da opinião pública mas também a nível de estados. Cada vez mais é evidente a centralidade destes assuntos, antes marginais e marginalizados, nas práticas e, portanto, nas teorias sociais. Ao mesmo tempo, tendências menos identificadas – entre as quais o espírito proibicionista – podem explicar o acervo de trabalho suplementar e crescente nas instâncias de segurança, em particular as prisões. Tais tendências desenvolveram-se integradas nas configurações sociais ocidentais que temos vivido desde os anos setenta, antecederam, e talvez tenham causado ou possibilitado, a aceitabilidade da situação bélica actual pelas opiniões públicas, contra a sua própria vontade.⁹

⁸ A propósito do Holocausto, e tendo presente o estado de guerra real e potencial que caracteriza as sociedades de risco, emergiu a "teorização recente (...) [da] deprimente noção de que o genocídio é endémico nas sociedades do mundo moderno, de que é uma característica distintiva da 'modernidade'", lamenta Schröter. Por exemplo, a primeira unificação alemã foi "um processo no qual grandes parcelas das classes médias abandonaram os valores humanistas que tinham até então predominado em seus círculos sociais, e passaram a adoptar os valores militaristas e autoritários dos prussianos hegemónicos" (Michael Schröter in Elias 1997:8). Será a manutenção e desenvolvimento dessa cultura belicista que explicará, em grande parte, para Elias, o sucesso eleitoral dos nacional-socialistas e a sua estratégia irracional de modernização da Alemanha e da Europa, que custou tantas misérias.

⁹ As sondagens de opinião, antes do começo da tomada de Bagdad em 2003, registaram posições claramente desfavoráveis à decisão dos anglo-americanos, o que se veio a inverter durante a guerra – principalmente nos países de origem dos militares. Num período muito curto, conforme as pessoas se identificaram com a vítima, primeiro, e depois com o agressor, assim mudaram a sua opinião. Uma vez terminada a guerra, vitimizado o povo iraquiano às mãos do ditador fugitivo, a sintonia entre ambas as posições anteriores passou a ser possível: a democracia, passou a dizer-se, venceu a ditadura, o que antes era indizível, já que a democracia representaria, nessa altura, os processos de decisão multilaterais que foram ignorados pelos agressores. Agora a democracia era, outra vez, a civilização ocidental e a nossa superioridade integradora de outros povos.